PREENCHA SEU NOME COMPLETO E O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME:

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1

CADERNO DE PROVAS

**NÃO ABRA ATÉ SER AUTORIZADO PELO FISCAL DE SALA
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Preencha, nos campos apropriados deste Caderno de Provas e do Cartão de Respostas, os seus dados pessoais.

ATENÇÃO! Complete o campo **Número de Identificação** com seu Número de Inscrição, acrescentando zeros à esquerda como no exemplo abaixo (para Número de Inscrição 999):

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

0 2 6 1 0 0 0 9 9 9

No Cartão de Respostas, o quadro localizado na parte superior se destina à marcação do Número de Identificação, como na figura ao lado.

É proibida a colocação de qualquer outro tipo de identificação do candidato no Cartão de Respostas.

Parte fixa (pré-determinada)				Número de Inscrição (Acrescentar zeros à esquerda)					
0	2	6	1	0	0	0	9	9	9
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
9	9	9	9	9	9	9	9	9	9

2. Não destaque folhas deste Caderno de Provas, sem que seja instruído expressamente para tanto.
3. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho, nem para texto definitivo de provas discursivas (aplicável às provas da Área de Direito).
4. Quando autorizado pelo fiscal de sala a iniciar o exame, abra este Caderno de Provas, conte suas folhas e verifique se o número apurado corresponde ao total de folhas indicado no rodapé. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer outro defeito, solicite ao fiscal de sala que tome providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
5. Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
6. No intervalo de duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão de Respostas.
7. Transcreva as respostas das provas objetivas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção de questões objetivas.
8. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá preenchê-lo com seu Número de Identificação, observadas as seguintes orientações:
 - a) Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato, quando houver marcação rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou que ultrapasse os limites do campo.
 - b) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer outro modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.
9. Ao terminar as provas, desloque-se até a mesa da fiscalização de sala, devolva este Caderno de Prova e o Cartão de Respostas, e deixe o local de provas em silêncio.
10. A desobediência a qualquer uma das instruções constantes no Edital do Processo Seletivo Público, neste Caderno de Provas, ou no Cartão de Respostas, poderá implicar na anulação das suas provas.

PROVA OBJETIVA (40 QUESTÕES)**GRUPO 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO (20 QUESTÕES)**

1) São órgãos do Poder Judiciário, nos termos do art. 92 da CF, EXCETO:

- a) Os Tribunais e Juízes Militares.
- b) Os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- c) O Superior Tribunal de Justiça.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) O Conselho Nacional de Justiça.

2) São legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade no STF, EXCETO:

- a) A mesa da Câmara dos Deputados.
- b) A mesa do Senado Federal.
- c) O Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
- d) O Procurador-Geral da República.
- e) Partido político com representação no Congresso Nacional.

3) Sobre o cargo de Procurador-Geral da República, assinale a alternativa correta:

- a) Será nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de 45 anos.
- b) Será nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de 30 anos, desde que sejam vitalícios.
- c) Será nomeado pelo Presidente da República para um mandato de 3 anos, permitida uma única recondução.
- d) Será nomeado pelo Presidente da República, a partir de lista tríplice encaminhada pelo Conselho Superior do MPF.
- e) Será nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, após a aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta dos seus membros, para um mandato de 2 anos, permitida a recondução.

4) São atribuições do Ministério Público, nos termos do art. 129 da CF, EXCETO:

- a) Promover privativamente a ação penal pública, na forma da lei.
- b) Zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- c) Promover o inquérito civil e a ação civil pública.
- d) Defender judicialmente os interesses das populações indígenas.
- e) Promover consultoria e assessoria jurídica aos órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios.

5) Conflito positivo de competência entre um Juiz de Direito da Comarca de Timon (MA) e um Juiz Federal de Teresina (PI) será julgado pelo:

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- c) Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Conselho Nacional de Justiça.

6) Conforme o art. 5º, XLVI, da CF/88, a lei regulará a individualização da pena e adotará, dentre outras, a seguinte:

- a) de suspensão ou interdição de direitos.
- b) de trabalhos forçados.
- c) e caráter perpétuo.
- d) de banimento.
- e) cruéis.

7) São atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público, EXCETO:

- a) Zelar pela autonomia administrativa e funcional do Ministério Público brasileiro.
- b) Apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros do Ministério Público.
- c) Rever os processos disciplinares de membros do Ministério Público julgados há menos de um ano.
- d) Receber reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados.
- e) Julgar processos disciplinares contra membros do Ministério Público e do Judiciário, nos casos de conexão ou continência.

08) Sobre o Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) É presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Não há representantes do MP como membros do CNJ.
- c) O Supremo Tribunal Federal está sujeito ao controle disciplinar do CNJ.
- d) É atribuição do CNJ zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos, nos limites de sua competência.
- e) O Ministro do STF indicado para o CNJ exercerá as funções de Ministro-Corregedor.

09) São princípios gerais da ordem econômica, de acordo com o art. 170 da CF, EXCETO:

- a) Soberania nacional.
- b) Propriedade privada.
- c) Livre concorrência.
- d) Função social da propriedade.
- e) Monopólio estatal dos meios de produção.

10) São bens dos Estados, nos termos do art. 26 da CF:

- a) O mar territorial.
- b) Os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- c) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- d) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios direito administrativo.

11) Assinale a alternativa incorreta, sobre o princípio da legalidade:

- a) O princípio da legalidade é implica completa submissão da administração pública às leis.
- b) De acordo com o princípio da legalidade, a administração pública deve agir “secundum legem”.
- c) A administração pública só pode fazer o que a lei antecipadamente autoriza.
- d) O princípio da legalidade opõe-se a todas as formas de abuso de autoridade.
- e) De acordo com o princípio da legalidade, a administração pública pode agir “praeter legem”, mesmo que em dissonância com a legislação em vigor.

12) Sobre a desapropriação de bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O Município de Teresina pode desapropriar bens do Domínio do Estado do Piauí.
- b) O Estado do Piauí pode desapropriar bem da União.
- c) A União pode desapropriar bem do domínio de Teresina (PI).
- d) O Estado do Piauí pode desapropriar bem da INSS.
- e) O Município de Teresina pode desapropriar bem do domínio do INCRA.

13) No caso de comportamentos comissivos lícitos da administração, mesmo que não seja o Estado o próprio autor do ato danoso, a obrigação de reparar do Estado ocorrerá, nesta hipótese, por decorrência do:

- a) Princípio da moralidade.
- b) Princípio da igualdade.
- c) Princípio da eficiência.
- d) Princípio da publicidade.
- e) Princípio da motivação dos atos administrativos.

14) O Banco Central do Brasil é:

- a) Autarquia federal.
- b) Fundação pública federal.
- c) Sociedade de economia mista, com controle majoritária da União.
- d) Empresa Pública Federal.
- e) Pessoa jurídica de direito privado, com autonomia em relação ao governo federal.

15) Sobre o Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta:

- a) É uma autarquia federal.
- b) É uma fundação pública federal.
- c) É responsável pelo controle interno dos atos administração pública federal.
- d) É órgão integrante do Poder Judiciário da União.
- e) Compete ao TCU a fiscalização da aplicação dos recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aos Estados, ao Distrito Federal ou Municípios.

16) A correção de determinado ato administrativo, *ab initio*, de modo que os efeitos já produzidos passem a ser considerados válidos, configura:

- a) Convalidação.
- b) Anulação.
- c) Revogação.
- d) Invalidação.
- e) Extinção.

17) A administração de um determinado órgão público aplicou a penalidade de demissão ao servidor J, quando, pelo ordenamento jurídico, a pena prevista é apenas de suspensão. No caso, o fato descrito caracteriza:

- a) Irregularidade formal, o que justifica sua revogação
- b) Ato válido e discricionário da Administração
- c) Desvio de finalidade, acarretando sua revogação
- d) Vício no objeto do ato administrativo e implicará na sua anulação
- e) Ato administrativo consumado, impossível de anulação.

18) Neste fim de ano de 2019, está ocorrendo um surto de sarampo no Brasil, e o Poder Público está se utilizando de colégios, igrejas, clubes e outros estabelecimentos privados para a realização de uma campanha extraordinária de vacinação contra sarampo. Neste caso, estamos diante da seguinte forma de intervenção do Estado na propriedade privada:

- a) Ocupação temporária.
- b) Servidão administrativa.
- c) Limitação administrativa.
- d) Tombamento.
- e) Desapropriação.

19) O Poder Público, quando intervêm na propriedade privada para resguardar o patrimônio cultural brasileiro (de ordem histórica, cultural, artística, científica, turística ou paisagística), realiza o seguinte forma de intervenção na propriedade privada:

- a) Servidão administrativa.
- b) Tombamento.
- c) Desapropriação.
- d) Ocupação temporária.
- e) Limitação administrativa.

20) Constitui órgão da administração pública direta da União:

- a) Banco Central.
- b) Caixa Econômica Federal.
- c) Banco do Brasil.
- d) ANATEL.
- e) Ministério da Economia.

GRUPO 2: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL (10 QUESTÕES)

21) Acerca da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB) assinale a alternativa correta:

- a) É possível a escusa ao cumprimento da lei mediante a alegação do seu desconhecimento.
- b) Considera-se coisa julgada o ato já consumado, segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) As correções ao texto de lei já em vigor não se considera lei nova.
- d) Nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 03 meses depois de oficialmente publicada.
- e) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a equidade, boa-fé e exigências do bem comum.

22) A emancipação, enquanto figura jurídica prevista no Código Civil, tem o condão de fazer cessar, para os menores, a incapacidade para a prática dos atos da vida civil. Nessa linha, não constitui hipótese de emancipação:

- a) Pelo casamento.
- b) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- c) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público.
- d) Pelo exercício de emprego público ainda que ausente estabilidade.
- e) Pelo estabelecimento civil ou comercial desde que em função dele o menor, com dezesseis anos completos, tenha economia própria.

23) Em relação aos direitos da personalidade descritos ao longo do Código Civil, marque a alternativa correta:

- a) Considerando o princípio da autonomia, é permitida a disposição do próprio corpo, ainda que importe em diminuição permanente da integridade física.
- b) Como exceção, diante de perigo de vida, é possível constranger alguém a submeter-se a tratamento médico.
- c) A proteção legal conferida ao nome, não se estende ao pseudônimo, ainda quando utilizado para fins lícitos.
- d) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer

limitação voluntária, salvo as exceções legais.

e) o nome pode ser utilizado em propaganda comercial, mesmo que não haja autorização do seu titular.

24) São definidos como bens singulares aqueles que:

- a) Sendo bens móveis, cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- b) Embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- c) Que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) São suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- e) Se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

25) Sobre a invalidade dos negócios jurídicos, marque corretamente:

- a) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) Há simulação quando o negócio contiver declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.
- c) Somente o Ministério Público poderá alegar as causas de nulidade.
- d) É de dois anos o prazo para anular coação, a contar do dia em que ela cessar.
- e) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico quando este puder ser provado por outro meio.

26. Sobre as normas fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Obedecidos os ditames da lei, é permitida a arbitragem.
- b) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial.
- c) Em observância ao preceito da duração razoável do processo, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída desse contexto a atividade satisfativa.
- d) Os atos de lesão ou ameaça ao direito não serão

excluídos da apreciação do Poder Judiciário.

e) Como regra, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

27. Acerca do tema “Competência”, de acordo com o regramento estabelecido pelo Código de Processo Civil, marque a alternativa correta:

- a) Para as ações em a parte autora for Estado-Membro será competente o juízo da capital deste.
- b) Será competente o juízo da residência do réu no caso de ação de reparação de dano comum.
- c) Em ações fundadas em direito real, a competência será firmada pelo domicílio do autor.
- d) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- e) Sendo a União demandada, a ação haverá de ser proposta, necessariamente, no foro do domicílio do réu.

28. Serão representados ativa e passivamente em juízo, segundo as normas processuais civis em vigor:

- a) O Estado e o Distrito Federal, por seus governadores.
- b) O Município, por seu prefeito ou procurador.
- c) A União, pela Procuradoria da República diretamente ou mediante órgão vinculado.
- d) A herança jacente ou vacante, pelo síndico.
- e) A autarquia e a fundação de direito público, por advogado constituído.

29. Em se tratando de Comunicação dos atos processuais, assinale a opção correta:

- a) É inadmissível a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens ainda que se dê em tempo real.
- b) O tribunal nunca poderá expedir carta para juízo a ele vinculado, mesmo se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.
- c) Para a validade do processo é dispensável a citação do réu ou do executado.
- d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) É permitida, em qualquer hipótese, a citação de quem estiver participando de ato de culto religioso.

30. Sobre nulidades dos atos processuais, considere as seguintes afirmativas.

I - A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

II - Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, ainda que a nulidade de uma parte do ato não prejudique as outras que dela sejam independentes.

III - As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

Estão corretas APENAS:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

GRUPO 3: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (10 QUESTÕES)

31) Constitui crime praticado por funcionário público contra a administração pública em geral, EXCETO:

- a) Prevaricação.
- b) Condescendência criminosa.
- c) Advocacia administrativa.
- d) Violação de sigilo funcional.
- e) Fraude processual.

32) Constitui crime contra a administração da justiça:

- a) Denúncia caluniosa.
- b) Peculato.
- c) Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.
- d) Roubo.

e) Corrupção passiva.

33) Constitui crime praticado por particular contra a administração pública em geral:

- a) Corrupção ativa.
- b) Rufianismo.
- c) Prevaricação.
- d) Estelionato.
- e) Coação no curso do processo.

34) Sobre a suspensão condicional do processo, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão condicional do processo somente se aplica aos crimes com pena mínima não superior a 1 (um) ano.
- b) Não se admite a suspensão condicional do processo na

Justiça Federal.

c) A suspensão condicional do processo somente se aplica aos crimes com pena máxima de até 4 (quatro) anos de reclusão.

d) A suspensão condicional do processo e transação penal possuem os mesmos requisitos legais;

e) A suspensão condicional do processo somente se aplica aos crimes com pena mínima não superior a 2 (dois) anos e pena máxima não superior a 5 (cinco) anos.

35) São causas de extinção da punibilidade, EXCETO:

a) A morte do agente.

b) Anista, graça ou indulto.

c) Decadência.

d) Perempção.

e) Superveniência de doença mental.

36) Sobre a Transação Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Não se aplica aos crimes de competência da Justiça Federal.

b) Não se aplica aos crimes sujeitos à Lei Maria da Penha.

c) Aplica-se aos crimes com pena máxima não superior dois anos.

d) Aplica-se aos crimes com pena mínima não superior a 1 (um) ano.

e) A aceitação da Transação Penal não importará em reincidência para o agente, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício, no prazo de 5 (cinco) anos.

37) J, Prefeito Municipal eleito para o mandato de 2016 a 2020, desviou recursos públicos repassados pelo Ministério da Saúde no ano de 2017. Em relação à competência por prerrogativa de foro, assinale a alternativa correta:

a) Deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça correspondente.

b) Deverá ser julgado pelo Juiz de Direito, da vara criminal corresponde.

c) Deverá ser julgado pelo Tribunal Regional Federal correspondente.

d) Deverá ser julgado pelo Juiz Federal, da vara criminal correspondente.

e) Deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

38) J, Procurador da República, manifesta-se em inquérito policial relatado, pela incompetência da Justiça Federal. O Juiz Federal Y tem-se por competente. Deve então o magistrado:

a) Enviar os autos para a Procuradoria-Geral de Justiça.

b) Enviar os autos para a Procuradoria-Geral da República.

c) Determinar que outro Procurador da República ofereça Denúncia.

d) Enviar os autos para o CNJ.

e) Enviar os autos para CNMP.

39) Sobre a prescrição no CPP, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os prazos prescricionais são reduzidos de metade quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos.

b) Os prazos prescricionais são reduzidos de metade quando o criminoso era, na data da sentença, maior de 70 anos.

c) No concurso de crimes, a prescrição incide sobre cada infração, isoladamente.

d) Todos os crimes considerados hediondos são imprescritíveis.

e) A prescrição é causa de extinção de punibilidade.

40) J, se prepara com uma arma de fogo para matar Y, porém deixa de atirar ao perceber uma viatura policial próxima e se evade do local. No caso, ocorreu:

a) Arrependimento eficaz.

b) Desistência voluntária.

c) Tentativa de homicídio.

d) Arrependimento posterior.

e) Crime impossível.

ESPAÇO EM BRANCO

PROVA DISCURSIVA (2 QUESTÕES)**Orientações:**

1. Destaque a folha de respostas às questões discursivas (não destaque as folhas de rascunhos).
2. Preencha seu Número de Identificação, conforme as instruções dadas na capa deste Caderno de Provas.
3. Para cada questão, é concedido um quadro individual, previamente determinado, com 60 linhas.
4. Escreva sua resposta a caneta, em cada quadro apropriado, com letra legível, não ultrapassando os espaços concedidos.
5. Atente para as normas gramaticais e a ortografia estabelecida no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Serão observados os seus conhecimentos da Língua Portuguesa.
6. Não será concedida folha extra.

ESPAÇO EM
BRANCO

RASCUNHO – NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

- 01
- 02
- 03
- 04
- 05
- 06
- 07
- 08
- 09
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO – VOCÊ PODE LEVAR ESTA FOLHA CONSIGO, CASO QUEIRA

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

PREENCHA SOMENTE O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO – DESTAQUE ESTA FOLHA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

Questão I) Discorra sobre punibilidade. Em sua dissertação, aborde os conceitos e diferenças das seguintes causas de extinção da punibilidade: decadência, prescrição e preempção. Por fim, fale sobre as espécies de prescrição.

RESPOSTA À QUESTÃO I

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	

PREENCHA SOMENTE O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO – DESTAQUE ESTA FOLHA

Nº DE IDENTIFICAÇÃO:

Questão II) Disserte sobre o papel do Ministério Público no controle da Administração Pública. Sua resposta deverá abordar, no mínimo, os seguintes tópicos: a) conceito e atribuições institucionais do MP; b) conceito e classificação do controle da Administração Pública – quanto ao agente do controle, ao momento, ao aspecto controlado e à amplitude; c) instrumentos de atuação do MP, extrajudiciais e judiciais, nos âmbitos civil e penal.

RESPOSTA À QUESTÃO II

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	